

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Serviço Social e a categoria de análise território

Sessão temática 01 – Questão social e questão étnico-racial

Lucas Lopes de Almeida¹
lopeslucas9797@outlook.com

RESUMO: No presente trabalho propomos uma análise acerca da produção do espaço que extrapola o mero sentido físico-geográfico, a partir do entendimento de que o território possui centralidade para a compreensão do movimento da realidade e esta perspectiva contribui para a formação e atuação de assistentes sociais, em uma conjuntura marcada por investidas contra as condições de existência em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Produção do espaço. Capitalismo. Direitos sociais. Serviço Social.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Este texto foi elaborado com base em resultado de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social cujo objetivo é apreender o debate e as contradições presentes no conceito de território, com o entendimento de que houve o crescimento da discussão acerca do tema na profissão, fato que tem a possibilidade de contribuir com a compreensão das condições de existência nesse período contemporâneo.

Enquanto percurso metodológico, realizamos pesquisa bibliográfica e documental em materiais produzidos por autoras/es de referência em suas respectivas áreas de atuação, destacando os temas relacionados às configurações atuais do modo de produção capitalista, as contradições inerentes aos direitos sociais e ao Estado, o debate sobre território e a sua inserção nas produções do Serviço Social.

Compreendemos que a configuração e reprodução do modo de produção capitalista ocorrem de acordo com uma perspectiva de exploração e direcionamento territorial, visto que a manutenção do sistema hegemônico exige um esforço constante de intensificação e extensão nas relações capitalistas em busca de novos mercados para realização da troca de produtos.

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social (PUC-SP), atua como Agente de Defensoria – Assistente Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Partimos de uma posição teórica e política de território como categoria de análise, modo de ser do ser social, constituinte na (re)produção social, acumulação e na luta de classe, entendendo-o num movimento de crise do capitalismo que necessita permanentemente superar essas barreiras inerentes a sua forma, pela exploração diferenciada do território, inscrevendo relações sociais no espaço geopolítico (Abreu, 2016).

Logo, as cidades possuem características tendencialmente relacionadas às configurações capitalistas, em que as prioridades estão direcionadas aos desejos da classe dominante e não as necessidades e interesses da população trabalhadora, aquela que, também, habita e transforma esses espaços cotidianamente.

RESULTADOS

Consideramos que a classe proletária possui relações precárias de inserção nesse modelo produtivo e sofre o processo de expropriação dos espaços que ocupam, enquanto a ênfase de ocupação é centralizada para a classe que possui o poder de compra e tendencial monopólio da terra, a população que é despossuída desse requisito, procura estratégias de resistir a esse processo contínuo de expulsão provocado pelo movimento hegemônico do capital.

Há uma concentração de mais de 80% da população em cidades, sem infraestrutura básica, com baixa taxa de habitações populares, o que resulta em ocupações informais e irregulares para 9,8 milhões de pessoas, residências superlotadas (9,9 milhões da população vivem nessas condições), excesso de alugueis e segregação espacial. Tanto que, em 2000, havia cerca de 1,7 milhão de domicílios em favelas, envolvendo cerca de 6,6 milhões de pessoas. No Brasil, 28,5% da população, cerca de 41,8 milhões de pessoas, não têm acesso simultâneo a serviços de água, esgoto e coleta de lixo (Behring e Boschetti, 2011, p. 187).

Para compreender a questão territorial no Brasil é essencial uma releitura do seu passado de constituição como uma nação, marcada pela violência de potências capitalistas, em que a falácia histórica propõe um “descobrimento de terras”, num espaço em que já havia povos originários. A postura autoritária foi um dos determinantes na questão fundiária daquilo que viria a se tornar um país, as violações foram inúmeras com



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

aqueles que estavam nesses territórios e possuíam suas formas próprias de se relacionar socialmente.

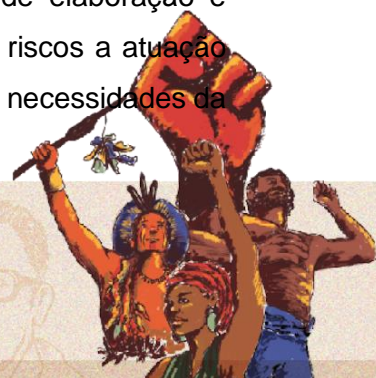
A partir da invasão europeia essas sociabilidades foram alvo de ações repressivas, provocando mortes e apagamento de histórias dessas populações. Além desse traço constitutivo da formação social brasileira, houve a escravização desses povos e das populações que chegavam de diversos países do continente africano como estratégia de dominação nos primórdios da economia capitalista. A forma de tratamento em relação aos povos originários e a população que veio de diversos locais da África nos indica que essa nação foi constituída a partir de ações eurocentradas e capitalistas, tais características permanecem como essência dos processos que compõem a formação social do país.

Na atualidade ocorre um mecanismo de reprodução dessas expropriações dirigidas à população trabalhadora constituídas por relações de classe e raça, que estão veladas pelo formalismo jurídico do ordenamento econômico vigente e ocultam as desigualdades vividas pela população.

Ao associarmos esse movimento ao urbano, identificamos que as respostas a essa realidade são construídas por meio de atos populares insurgentes que evidenciam que a cidade não deve ser gerenciada empresarialmente e sim como possibilidade de construção de outras formas de sociabilidade que se distanciam dessa atual maneira de produção, apropriação e gerenciamento do espaço.

Nesse sentido, cabe realçar a importância da atuação de assistentes sociais na esfera da questão urbana, tendo em vista que houve um intenso processo de urbanização mundial com reflexos significativos nas condições de vida da classe trabalhadora. Enquanto profissionais comprometidos com busca de outras condições de convívio em sociedade, fomentamos a prática da resistência perante as condições que formatam o capitalismo. É importante reconhecer a construção sócio-histórica da produção espacial das cidades, visto que essa perspectiva se alinha ao projeto ético-político, no sentido em que ao reconstituir os elementos que conformam a realidade podemos compor alternativas para enfrentar os desafios no cotidiano profissional.

Em contraponto, existe uma postura tecnicista de assistentes sociais a respeito do território, compreendendo este conceito apenas como uma maneira de elaboração e efetivação de políticas sociais, essa forma de compreensão representa riscos a atuação profissional crítica e propositiva que expresse um atendimento integral às necessidades da



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

população, com a possibilidade de trazer concepções focais e moralistas presentes na gênese da profissão, realocadas sob outras facetas.

Na perspectiva tecnicista, o território comparece deslocado da questão social, equivocadamente secundarizada na construção/implementação das políticas sociais, prevalecendo a tônica da Proteção Social. Ainda nessa lógica formal, o território se caracteriza por uma escala própria capaz de superar per si as formas hegemônicas de manutenção do status quo. Desse modo, há uma mescla entre o modo estruturalista e positivista que apregoa implicitamente que o “todo é a soma das partes” com uma crença advinda do modelo sistêmico que evidencia a superação da exclusão social e alcance da cidadania como horizonte ou meta conquistada a partir de escalas da dimensão territorial, sem mudanças estruturais na sociedade (Abreu, 2016, p. 28).

Frente aos diversos interesses presentes na sociedade e nos espaços sócio-ocupacionais, é fundamental que assistentes sociais defendam princípios, valores e formas de organização ancorados num contexto de liberdade, autonomia e emancipação humana, com vistas a fomentar relações de horizontalidade perante as pessoas atendidas, como forma de enfrentamento coletivo aos interesses repressivos de governos e monopólios privados, sendo contrário a qualquer forma de autoritarismo e coerção. Com vistas a intensificar uma perspectiva em relação a temática do território presente no debate profissional que:

Indica o amadurecimento e o exercício constante da crítica como possibilidade de análise e intervenção. Estudos já trazem elementos concretos de oposição ao tecnicismo e ao avanço do conservadorismo na profissão ao lidar com a temática. Esta última, por sua vez, faz o divisor de águas e rompe com a visão instrumental ao se apoiar em referências coerentes com os fundamentos da vida social e da profissão. Os contrapontos, portanto, ganham vigor na interlocução com a teoria crítico-dialética, a questão social e as lutas sociais (idem, p. 27-28)

Apenas com uma perspectiva crítica acerca da produção e reprodução das condições de existência da classe trabalhadora no espaço urbano é que poderemos reivindicar outras formas de sociabilidade que sejam diferentes e opostas aquelas que se apresentam nessa conformação capitalista da sociedade, cuja finalidade está nas taxas de lucratividade.

Assim, o urbano como negócio nos desafia a construir uma nova utopia urbana, orientada pelo direito à cidade e pela apropriação social do espaço na busca pela superação das desigualdades socioespaciais produzidas historicamente em nosso país (Carlos; Volochko; Alvarez, 2018, p. 12).



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trabalho buscamos uma análise acerca das relações presentes no Estado, através das políticas e direitos sociais que abarcasse as contradições inerentes a esta temática, visto que ao mesmo passo em que são realizados avanços nas condições formais de existência, a sociabilidade burguesa permanece hegemônica, portanto, essas disputas no interior da máquina Estatal não representam um rompimento radical em relação ao ordenamento social baseado no capital.

O debate em relação à categoria de análise Território nos possibilita compreender os processos em que o capitalismo se fundamenta de acordo com a perspectiva espacial, esse direcionamento é crucial para apreender os movimentos da sociedade nessa atual conjuntura, caracterizada pela incessante busca de justificativas irracionais para processos de violações, injustiças, expulsões, remoções forçadas e desapropriações que representam investidas sobre as condições de viver no urbano.

Nessa direção, a crítica radical do existente, em sua totalidade, pode apreender a via e o caminho para a construção de um projeto de sociedade, como crítica ao Estado, à existência da propriedade privada da riqueza, e como possibilidade de superação da contradição posta no processo de produção espacial entre sua produção social e sua apropriação privada. Superar essa contradição é fundamental porque a propriedade privada revela a alienação do mundo moderno realizando-se de forma concreta, na prática sócio-espacial cindida, numa urbanização que se constrói como negócio, isto é, no sentido que orienta a produção do espaço como possibilidade renovada da reprodução do capital (Carlos, 2018, p. 150).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e serviço social**: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo. Campinas: Papel Social, 2016.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.
- _____; Volochko, Danilo; Alvarez, Isabel Pinto (orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018.

